



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 143 NÚMERO 3097 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
DEZEMBRO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Filipa Costa

Dezembro é um mês de corrida ao comércio, um setor marcado pela precariedade e pelos baixos salários. À conversa com A Voz do Operário, a presidente da Direção Nacional do CESP, sindicato que organiza este setor, defende que a luta tem um papel decisivo nas condições de quem trabalha. **págs. 8 e 9**



AMBIENTE

O desafio da emergência climática

A conferência da ONU sobre as alterações climáticas em Glasgow soube a pouco. Inverter o caminho para o desastre podia ser um bom pretexto para unir esforços de todas as partes mas os grupos económicos e finan-

ceiros parecem apostados em proteger o lucro acima de tudo. Apesar das mobilizações, governos e empresas continuam de costas voltadas para as populações. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO Gala de Fado

O salão de festas d'A Voz do Operário voltou a ser palco de um evento que vai já na sua 5.ª edição e que pretende divulgar este género musical sem deixar de valorizar os seus obreiros. **pág. 4**



'Manif' nacional exige direitos

Uma maré humana preencheu o caminho que vai do Marquês de Pombal aos Restauradores para exigir melhores condições de trabalho e de vida quando dispararam os preços e se agrava a crise social. À conversa com mulheres e homens que chegaram de todo o país, A Voz do Operário quis saber o que os fez protestar. **pág. 13**



Santa Casa em luta

Centenas de trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa protestaram em frente à sede desta instituição para exigir atualizações salariais e o respeito pelos direitos consagrados no acordo de empresa junto à sede da instituição em Lisboa. São 6300 trabalhadores que incluem motoristas, professores, auxiliares de educação, psicólogos, auxiliares de creche, entre outros. **pág. 11**



Chile vai eleger presidente

É já a 19 de dezembro que 15 milhões de eleitores vão às urnas decidir na segunda volta quem vai ser o sucessor do conservador Sebastián Piñera na presidência do Chile. Kast ou Boric, um destes será o próximo presidente. O primeiro é de extrema-direita e não esconde a simpatia pelo regime de Augusto Pinochet, o segundo é de esquerda e defende que o Chile deve virar a página do neoliberalismo. **pág. 14**

Boas Festas e um Bom 2022

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Estamos a atingir o final de 2021, o qual não deixa grandes saudades, designadamente pela pandemia que, com maior predominância no início do ano, ceifou muitas vidas e afetou particularmente as populações com menos recursos agravando as grandes desigualdades que se registam no país, tendo aumentado e muito as situações de pobreza, ao mesmo tempo que tornou mais evidente os graves défices estruturais, designadamente no plano produtivo, energético e tecnológico.

Importa salientar que a situação só não é mais grave porque ao longo dos anos, designadamente no pós troika, a persistente luta dos trabalhadores forçou a concretização de avanços, que só não foram mais longe na resposta aos problemas do País porque as opções do Governo relativamente a questões centrais ficaram marcadas pela recusa de propostas que respondiam a problemas significativos, bem como pelo incumprimento, arrastamento da implementação de medidas, cativações e cortes em investimentos, entre outros.

Numa fase em que existem indicadores da pandemia que apresentam algum agravamento, é necessário que a resposta seja adequada e venha ao encontro dos interesses dos portugueses e que o seu comportamento globalmente exemplar, designadamente no processo de vacinação, não tenha como retorno novos sacrifícios, até porque, como a realidade o demonstra, as medidas de restrição da atividade afetam essencialmente as pessoas mais carenciadas.

A par do reforço da vacinação, a única resposta efetivamente viável e sustentada passa pelo imprescindível reforço do Serviço Nacional de Saúde, para que a par da devida atenção à pandemia, seja dada uma eficiente resposta a todas as outras patologias, compensando os atrasos nos cuidados aos utentes.

A pertinente resposta aos efeitos nefastos da pandemia na vida das pessoas, deveria ter correspondência na proposta de Orçamento do Estado para 2022 apresentada Governo, mas infelizmente falaram mais alto outros interesses, tanto do poder económico, como das imposições da União Europeia, não tendo o Governo querido ceder, nem tão pouco em maté-

rias que não têm a ver com verbas orçamentais, como por exemplo a revisão do código laboral, nomeadamente a reposição do princípio do tratamento mais favorável, pedra basilar das regras laborais, em que a nossa Constituição escolheu proteger a parte mais frágil, os trabalhadores, bem como o fim da caducidade dos acordos coletivos.

Ao não querer tocar nas questões centrais das relações laborais, o Governo demonstrou não querer beliscar os interesses do grande patronato, condenando o País a perpetuar o modelo de baixos salários, precariedade, horários brutais e exploração acrescida de quem trabalha, com particular incidência nos mais jovens.

Num momento em que se anunciam vultuosos recursos financeiros, o Orçamento do Estado deveria responder às debilidades dos serviços públicos, com particular evidência no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública e na Segurança Social, apoiar a atividade das micro, pequenas e médias empresas, encaixar um caminho efetivo de desenvolvimento económico e social.

Foi a recusa do Governo em dar a resposta necessária que conduziu a que a proposta de Orçamento não fosse aprovada. Como ficou claro, pretendeu eleições, querendo fugir a qualquer condicionamento que limite as suas opções determinadas por compromissos com a política de direita.

O Governo deu a indicação pública de partilhar as preocupações manifestadas e de ter em consideração as propostas para a solução de alguns dos problemas. Apesar de a realidade não ser bem assim, nada o impede de avançar com essas medidas, incluindo o aumento das pensões a concretizar já em janeiro e não apenas em agosto como originalmente pretendia.

Como sabemos, nada nos vem cair no regaço e só com a luta, de que é um bom exemplo a manifestação do passado dia 20, poderemos alcançar um futuro melhor.

Vamos entrar no período das Festas Natalícias, pelo que desejo a todos umas Festas muito felizes e que 2022, acabe por constituir um marco importante no progresso do nosso País e que os portugueses vejam abrir-se o horizonte de uma vida melhor, num mundo de paz, onde se caminhe definitivamente no combate às desigualdades, pela erradicação da pobreza e da exploração.

EDITORIAL

PS, volta a guinar à direita

A habitual corrida aos presentes tem do outro lado mulheres e homens que estão sujeitos a péssimas condições de trabalho. Baixos salários e precariedade são a realidade dos trabalhadores que nos vendem as prendas que vamos oferecer na noite de Natal. A democratização da pobreza num país em que perdemos qualidade de vida mesmo a trabalhar teve um novo episódio na Assembleia da República com o chumbo por parte do PS de uma lei de combate à precariedade apresentada pelo PCP.

No verão, no âmbito das negociações sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2022, o governo tinha mostrado disponibilidade para viabilizar esta importante medida. Decidiu antes juntar-se à direita, num gesto que é tudo menos inédito. Não admira, pois, que milhares de trabalhadores tenham aderido à manifestação nacional convocada pela CGTP-IN para a Avenida da Liberdade. É um grito de revolta contra um governo que abdicou de levar a cabo algumas mudanças importantes na legislação liberal para sossegar o patronato.

Para agravar as vidas cinzentas que levamos, a emergência climática em curso deixa o futuro do planeta em suspenso sem que os responsáveis pela esmagadora maioria das emissões de gases queiram mudar o modelo económico em que vivemos. Sejamos claros, não há capitalismo verde e a conferência sobre as alterações climáticas realizada em Glasgow mostrou isso mesmo.

Com eleições a 30 de janeiro, importa que os trabalhadores e a população levem esta luta até às urnas reforçando as candidaturas que entendam defender os seus interesses e não os dos grandes grupos económicos e financeiros. Que 2022 seja uma janela aberta para o fim da crise sanitária e para o mundo melhor que urge construir.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDAÇÃO PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária



Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



LITERATURA

Domingos Lobo apresenta livro infantil na Graça



Foto de Nuno Agostinho

Apresentação do livro “O Concerto de Miau e Piu Piu”.

A história da amizade improvável entre um gato e um canário foi o mote para juntar dezenas de alunos d’A Voz do Operário na apresentação do livro de Domingos

Lobo, O Concerto de Miau e Piu Piu, com ilustrações de Carlos J. Campos. Com um trabalho prévio sobre o conteúdo da obra infantil, as crianças fizeram muitas

perguntas relacionadas com a história que narra o amor pela música destes dois animais.

De acordo com Domingos Lobo, “o canário porque canta e o gato porque se deixa embalar perdendo o seu lado felino, esta história tem a ver com o sentido do sonho e de como devemos ser sempre fiéis aos nossos sonhos”. Este é um gato muito especial que tem o sonho de ser maestro de uma orquestra sinfónica e dirigir o canário num concerto no Teatro São Carlos.

Domingos Lobo trazia a ideia na cabeça já há muito tempo. É assim que o escritor e diretor do jornal A Voz do Operário explica por que decidiu publicar um livro infantil aos 75 anos. “Na minha vida literária nunca tinha abordado temas para a infância e a editora Modocromia desafiou-me a escrever uma história para sair agora no Natal”, descreve. Depois de uma apresentação do livro em Salvaterra de Magos, a sessão no espaço educativo da Graça foi para este escritor “a mais estimulante” com grande receção por parte dos alunos. “O diálogo que consegui estabelecer com os miúdos foi muito interessante” e, acrescenta, que entenderam “perfeitamente” a história e a mensagem. “São alunos com uma extraordinária capacidade de apreensão. Sobre a ilustração, considera que é um excelente trabalho de Carlos J. Campos e que os desenhos enquadraram muito bem a história.

Domingos Lobo tem vários livros publicados nos quais recorre a diferentes géneros literários.

VOZ

Orçamento e Atividades para 2022 aprovados

Na última Assembleia Geral Ordinária d’A Voz do Operário do ano, realizada no dia 18 de novembro, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2022. O documento reflete o regresso faseado à normalidade, apesar de permanecerem algumas situações de contingência devido à covid-19, e aponta para o “reforço da atividade e o esforço para o equilíbrio económico e financeiro”. Neste sentido, o texto destaca o papel dos trabalhadores d’A Voz do Operário e a sua capacidade de resposta para enfrentar novas situações devido à pandemia.

A redução da atividade nalguns casos, segundo o documento, foi compensada pelo acréscimo de outras, designadamente na área social, estimando-se que o volume de receitas atinja em 2021 o montante de 5,6 milhões de euros. Estima-se, agora, que em 2022 o reforço da atividade se traduza em proveitos que possam compensar o acréscimo dos custos.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2022 anuncia nos seus objetivos que pretende apostar “no incremento das atividades letivas e sociais com a manutenção da elevada qualidade do serviço prestado”. A valorização e rentabilização do património, a publicação regular do jornal, a promoção de iniciativas culturais diversificadas e a participação ativa no movimento associativo mantêm-se como prioridades para os sócios d’A Voz do Operário.

Uma das novidades é a atribuição por parte da Câmara Municipal de Lisboa da gestão de mais dois equipamen-

tos educativos, um na Madre de Deus e outro no Parque das Nações, a esta instituição. À espera de estarem concluídos, falta contratualizar a sua cedência por parte do município, bem como proceder ao acordo de cooperação com a Segurança Social.

O 139.º aniversário da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário e a participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio são parte do compromisso assumido com a aprovação deste documento. O possível e ansiado regresso das Festas de Lisboa, trará também o regresso do desfile da Marcha Infantil e dos arraiais populares organizados pela instituição.

Outra das atividades agendadas corresponde à 6.ª Gala de Fado cujo êxito das edições anteriores faz antever mais uma grande iniciativa de valorização deste género musical.

No âmbito educativo, entre a extensa proposta aprovada, destaca-se o desenvolvimento da reestruturação das atividades extracurriculares e de prolongamento de horário dos alunos no Espaço Educativo da Graça, onde será desenvolvida uma abordagem de projetos coorganizados entre crianças e adultos. Simultaneamente, também neste espaço, a direção comprometeu-se a estudar a instalação de uma biblioteca e mediateca de suporte aos projetos de aprendizagem. Ainda neste âmbito, serão estudadas formas de renovar os equipamentos tecnológicos utilizados por crianças e adultos para o desenvolvimento do trabalho escolar e vai dar-se a conclu-

são da renovação da frota para transporte das crianças.

Já no departamento de Ação Social, apesar do panorama de incerteza face à crise pandémica, espera-se o regresso do funcionamento normalizado das diferentes respostas sociais, nomeadamente o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Convívio, o Lisboa +55 e o Cabeleireiro Social.

No que diz respeito a outras atividades culturais, A Voz apontou como objetivos celebrar o centenário do nascimento do escritor José Saramago e os 80 anos de Adriano Correia de Oliveira. Simultaneamente, pretende-se programar a projeção regular de cinema através da formação de um grupo de trabalho de sócios que possa realizar estas atividades, também com a colaboração com o Royal Cine. A realização de um roteiro antifascista e a publicação de um livro sobre figuras do sindicalismo com ligação à Voz do Operário integram o leque de propostas aprovadas.

Uma das novidades na comunicação é a criação de um podcast quinzenal através de um apoio ao desenvolvimento digital dos órgãos de comunicação social. Os episódios vão ter como ponto de partida elementos da história d’A Voz do Operário que liguem às questões da atualidade. Para além do formato áudio, o recurso a outras ferramentas digitais complementares, nomeadamente a infografia dinâmica, vídeo e entrevista, fazem parte do projeto. A difusão destes conteúdos será feita com recurso a uma plataforma de streaming e estes serão devidamente adaptados à página do jornal.

MEMÓRIA

No 110º aniversário do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha



Joaquim Gomes



Agostinho de Carvalho



Abílio Alves de Lima

No início de dezembro de 1911 nascia um dos grandes sindicatos operários da cidade de Lisboa, até ser dissolvido pela ditadura de Salazar (em 1934).

A trabalhadores até então dispersos por organizações de diferentes ofícios, trazia o modelo do sindicato de empresa. Também reuniu trabalhadores da Cordoaria Nacional, em Belém. Mas foi sobretudo o sindicato de pessoal do Arsenal da Marinha, à época ainda instalado na margem norte do Tejo, entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço.

Na capital de um país industrialmente atrasado, particularmente no sector metalúrgico, as indústrias militares (da marinha e do exército) ocuparam um especial lugar de vanguarda pela sua dimensão e capacidade técnica. E entre os seus trabalhadores se reuniram importantes núcleos militantes.

Arsenalistas da marinha, como António Marques Batista, estiveram presentes nas lutas da primeira experiência de central sindical e de sindicalismo de classe em Portugal, em 1872: a “Fraternidade Operária”, liderada por José Fontana.

Estiveram também na revolução republicana de 5 de outubro de 1910. Como José Santos Belém, civil que “na primeira hora da revolução” participou no assalto ao quartel de infantaria 16, em Campo de Ourique, “sendo, até final do movimento, o companheiro dos primeiros soldados que levantaram as armas contra a monarquia” [O Mundo, 18/11/1912, p.3].

Depois, na linha da frente da resistência contra a ditadura militar e a ditadura de Salazar salientou-se o arsenalista da marinha Bento Gonçalves, que foi secretário-geral do PCP e morreu prisioneiro do campo de concentração do Tarrafal (em 1942).

Os exemplos abundam. E na história da A Voz do Operário também há um importante contributo de arsenalistas da marinha.

Joaquim Gomes

Joaquim Gomes colaborou na A Voz do Operário quase desde o início (1879) e até ao final da sua vida (1913).

Foi neste jornal um importante defensor das ideias socialistas, sempre apelando à consciência de classe dos trabalhadores. Evocava por vezes memórias do tempo da Fraternidade Operária e guardava um grande respeito por José Fontana.

Aquando da fundação do sindicato do Arsenal da Marinha, Joaquim Gomes já estaria reformado. Mas no seu tempo foi um activo sindicalista metalúrgico, chegando a presidir a uma associação de operários ferreiros.

Agostinho de Carvalho

Entre os sócios que mais contribuíram para que A Voz do Operário conseguisse ultrapassar o desafio de sobreviver sob uma ditadura de tipo fascista, na difícil década de 1930, esteve o arsenalista da marinha Agostinho de Carvalho. Foi nessa altura presidente da direção, da assembleia-geral e do conselho fiscal desta sociedade.

Já no início do século XX ele se empenhou noutra desafio que à época marcou A Voz do Operário: estabelecer a igualdade de direitos entre todos os sócios. Na altura só uma pequena minoria, os que eram operários tabaqueiros, tinham direito de ser eleitos para os corpos sociais.

Agostinho de Carvalho era tio do célebre anarco-sindicalista Emídio Santana, mas teve ele próprio uma notável história militante.

Em 1898, por exemplo, foi um dos fundadores da cooperativa que criou o primeiro jornal diário operário em Portugal, *A Luta* (lançado no 1º de Maio de 1900).

Destacado sindicalista metalúrgico no tempo da monarquia, foi um dos muitos militantes operários que então se empolgaram com a luta republicana. Preso político sob a ditadura de João Franco (ainda no reinado de D. Carlos), foi depois candidato a deputado da lista “radical” nas primeiras eleições da República (em 1911). Mas o novo regime não correspondeu às suas expectativas, até voltou a ser preso político. E em 1917 aderiu ao velho Partido Socialista Português.

Agostinho de Carvalho era o sócio nº1 do Sindicato do Arsenal da Marinha. A ele coube inaugurar um retrato de Lênine na sede desse sindicato (em 1919).

Abílio Alves de Lima

Entre 1954 e 1974, o 1º secretário da assembleia-geral da Voz do Operário foi um indivíduo discreto mas com um notável currículo sindical e anti-fascista: Abílio Alves de Lima.

Ele tinha sido o secretário-geral do sindicato do Arsenal da Marinha em 1923 e de novo em 1930, além de seu delegado ao conselho da CGT (entre 1923 e 1925).

Fora também um dos fundadores da corrente sindical pró-comunista (em 1923).

Era um homem que tinha ido à Rússia dos Sovietes. Foi lá como delegado do seu sindicato ao 4º congresso da Internacional Sindical Vermelha, em 1928. E lá, em Moscovo, proferiu um discurso que reflecte bem as dificuldades e as divisões que afectavam o movimento sindical português. Segundo um resumo publicado à época, Abílio Alves de Lima:

“Assinalou a crescente repressão contra o movimento sindical, por parte do governo fascista. A actividade dos partidários da Internacional Sindical Vermelha em Portugal sofre da falta de dirigentes capazes. É necessário criar um novo centro nacional geral do movimento sindical, pois a confederação anarco-sindicalista portuguesa já não existe” [Humanité, 26/03/1928, p.3]

Segundo ele próprio contou mais tarde, ao regressar da Rússia, Abílio Alves de Lima aderiu ao PCP com Bento Gonçalves e organizaram a célula deste partido no Arsenal da Marinha. Daí, partiram para a reorganização que em 1929 lançou o PCP na resistência clandestina à ditadura. Enquanto Bento Gonçalves se tornou secretário-geral do partido, Abílio Alves de Lima assumiu a liderança da secção portuguesa do Socorro Vermelho Internacional [O Eco do Arsenal, Junho 1974, pp. 25/6].

GALA DE FADO



A organização anunciou já a 6.ª edição do evento dedicado ao fado.

Fado volta a ocupar A Voz do Operário

Foi na tarde do dia 7 de novembro que as portas do mítico salão de Festas d'A Voz do Operário se abriram para mais uma Gala de Fado da centenária instituição. O programa foi ao encontro do que estes anuais eventos já nos habituaram: um conjunto de 13 artistas e instituições ligadas ao fado seriam homenageados durante a tarde, e um elenco constituído por sete fadistas daria ainda mais música aos presentes. Antes mesmo de se iniciar o espetáculo musical, Manuel Figueiredo, presidente da direcção d'A Voz do Operário, fez as honras da casa, dando as boas vindas aos presentes e reiterando a importância que esta realização representa para a instituição, agradecendo a "prova de afecto e solidariedade" protagonizada pelos participantes, que a levam a cabo gratuitamente, a fim de ajudar a

instituição. O presidente lembrou ainda a importância que a A Voz do Operário teve aquando a elaboração da candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade, e para a qual contribuiu com o seu espólio.

Conduzida pelos actores Joaquim Nicolau e Maria Faleiro, o espetáculo começou com a apresentação do conjunto de músicos responsável pelo acompanhamento musical da tarde: Nuno Lourenço na viola baixo, Francisco Pereira na guitarra portuguesa, e Carlos Viçoso na viola de fado, conduziram, durante as três horas seguintes, as vozes que pisaram o palco d'A Voz do Operário.

Os fadistas Ana Laíns, Manuel Barbosa, Célia Leiria, André Baptista, Sara Paixão, Carla Pires e Yola Dinis intermediaram, com as suas brilhantes atuações, os momentos de homenagem que dão mote à Gala de Fado.

Foram homenageadas treze importantes figuras, ligadas ao fado e que tiveram ou que têm tido um papel destacado na história e revelação do fado enquanto expressão cultural, bem como n'A Voz do Operário. Os prémios revelação foram entregues a dois jovens fadistas, Mafalda Vasques e Nuno Rocha. Rui Costa, figura incontornável do bairro da Mouraria, arrecadou o prémio Popular. Este ano, o prémio Poesia e Literatura rumou a norte, para homenagear José Fernandes Castro, poeta do Porto e apaixonado pelo fado. Os prémios Compositor foram entregues ao guitarrista Mário Pacheco e ao violista Paulo Faria de Carvalho. O actor e encenador Luís Aleluia voltou a pisar as tábuas do palco d'A Voz do Operário, mas desta vez para receber o prémio na categoria Artes e Espetáculo. Outra conhecida da casa é Joana Amendoeira, amiga de longa data da instituição, tendo por isso mesmo sido agraciado com o prémio Solidariedade - prémio dedicado a pessoas que, ao longo da vida, mantêm uma relação de ajuda e solidariedade com A Voz do Operário. O prémio Lisboa foi entregue à tão lisboeta Marina Mota. Já o prémio divulgação - por norma entregue a instituições investidas na divulgação do fado enquanto expressão cultural - foi entregue à Academia da Guitarra Portuguesa e do Fado. O guitarrista Pedro Amendoeira recebeu, em representação da galardoada Mafalda Arnauth, que não pode estar presente por motivos de saúde, o prémio Tributo. Os veteranos João Casanova e Maria Armanda foram justamente agraciados com o prémio Carreira.

Toda o evento foi transmitido em directo, numa operação da responsabilidade da Rádio Movimento, rádio oficial da 5.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário, numa emissão conduzida por Vítor Machado e pelo artista João Loy.

A ligação entre A Voz do Operário e o fado data de longa data, quando, logo no início do séc. XX o jornal publicava poetas de fado, que assim defendiam o fado enquanto expressão cultural das classes trabalhadoras. Eram também realizados, nas suas instalações, vários espetáculos dedicados à canção nacional. A instituição, pretende, assim, com a realização anual desta gala, prosseguir e projectar esta relação. Para além desta celebração e das homenagens prestadas, a instituição utiliza este momento para sensibilizar os presentes e apelar à solidariedade, sendo este um espetáculo que pretende angariar fundos para a renovação do icónico Salão de Festas onde decorre.

A organização congratulou-se com mais um feito, e promete estar já a preparar a edição de 2022.

INSTITUCIONAL



AMBIENTE



Pintar de verde o futuro

É um dos mais importantes desafios que a humanidade tem pela frente. Reverter as alterações climáticas podia ser um bom pretexto para unir esforços de todas as partes, mas, como em todos os aspetos da vida, há uma minoria que não quer abandonar este modelo ou está apostada em construir outro que preserve a religião do lucro. Chico Mendes afirmou que “ecologia sem luta de classes é jardinagem”. Apesar das mobilizações, governos e empresas continuam de costas voltadas para as populações.

Bruno Amaral de Carvalho

Um dos símbolos da comida rápida, a gigante McDonald's, anunciou a mudança do tradicional vermelho para o verde. “Com esta nova aparência queremos clarificar a nossa responsabilidade com a preservação dos recursos naturais. No futuro teremos um foco ainda maior nesse contexto”, anunciou a multinacional norte-americana. São cada vez mais as empresas que adotam na sua linguagem de marketing um discurso “amigo do ambiente”. Mas nem sempre o que se comunica corresponde à realidade.

Greenwashing é um dos termos veiculados pelos ativistas que lutam pelo clima para identificar o discurso ou práticas de empresas, instituições ou personalidades que apresentam uma ideia ou um produto como sendo amigo do ambiente quando, pelo contrário, a sua

atividade geral vai em sentido oposto.

Foi o caso da Galp que patrocinou a cobertura da revista Visão à Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Glasgow, que ficou conhecida como COP26. Mas a influência dos grandes grupos empresariais que lucram com os combustíveis vai mais longe. *Greenwashing* [lavagem verde] também se aplica, segundo a Global Witness, ao que se passou dentro do encontro que atraiu os holofotes da imprensa. Esta ONG, criada em 1993 para investigar vínculos entre a exploração de recursos naturais e conflitos, pobreza, corrupção e abusos de direitos humanos a nível mundial, denunciou haver mais representantes com acreditação ligados aos lobbies da indústria de combustíveis fósseis do que o Brasil, a maior delegação presente na conferência.

“Se o *lobby* dos combustíveis fósseis fosse uma delegação de um país na COP

seria a maior com 503 delegados, mais duas dúzias do que a maior delegação nacional. Mais de 100 empresas de combustíveis fósseis estão representadas na COP com 30 associações comerciais e organizações de membros também presentes”, afirmou a ONG em comunicado. “O *lobby* dos combustíveis fósseis na COP é maior do que o total das oito delegações dos países mais afetados pelas alterações climáticas nas duas últimas décadas: Porto Rico, Mianmar, Haiti, Filipinas, Moçambique, Bahamas, Bangladesh, Paquistão”.

Mas as críticas não ficaram por aqui. Dos milhares de representantes acreditados de organizações não governamentais, apenas quatro puderam estar nas negociações. Os restantes apenas tiveram acesso aos eventos paralelos à COP26.

Esta desproporção na correlação de forças entre associações e organizações

que procuram uma solução justa e eficaz para emergência climática e os grandes grupos económicos e financeiros também se deu entre as grandes potências e os países pobres. Numa conferência de imprensa à margem da COP, o representante do grupo que reúne os 47 países mais pobres do mundo, o butanês Sonam Wangdi, recordou que estes países, que representam mil milhões de pessoas, precisam de “mais apoio para adaptação”, do que os 100 mil milhões de dólares anuais que em 2009 os países mais desenvolvidos se comprometeram a contribuir anualmente até 2020.

Para a ecologista Mónica Cabaça, Glasgow foi um fiasco. “A meta até 2030 ficou na redução de 30% das emissões de metano, uma das principais responsáveis pelo aquecimento global, mas o mercado de carbono ficou fora da discussão”, considera. “A redução de emissões de gases de estufa através do mer-

cado de carbono, torna-o num negócio. Aos países ditos desenvolvidos, com mais emissões destes gases, aplica-se o princípio do poluidor pagador. Ou seja, é-lhes permitido poluir mediante pagamento de licenças e projetos ‘verdes’ nos países mais pobres”.

Joana Guerra Tadeu, criadora de conteúdos na área da ecologia e do impacto social, com um programa na Antena 3, recordou à Voz do Operário que, segundo a Cimeira de Paris, os países desenvolvidos iam pagar pela transição energética dos países pobres mas “não cumpriram com os valores acordados”. E era sob a condição de estes países implementarem o modelo de desenvolvimento do Ocidente, “um modelo que falhou nos países mais ricos e que deixou o mundo todo em situação de emergência climática”. Lembra também que se aponta, geralmente, o dedo à China quando o gigante asiático, segundo dados de 2017, se encontrava em 35.º lugar na lista dos países que mais emissões fazem por habitante. A Austrália encontra-se em 9.º, o Canadá em 10.º e os Estados Unidos em 11.º. Sendo certo que a China produz 28,2% dos gases com efeitos de estufa, acima dos Estados Unidos com 15,5%, Joana Guerra Tadeu sublinha que uma boa parte das empresas norte-americanas e europeias instalaram no país do extremo oriente as suas principais fábricas. É o caso da Amazon, que paga impostos nos Estados Unidos mas tem 3/4 da produção na China.

Encurtar a vida dos produtos para forçar o consumo

O modo de produção e consumo capitalista é apontado como responsável pela maioria das emissões, pela exploração ilimitada do planeta e a destruição sistemática de ecossistemas. Uma das estratégias empresariais mais nocivas para o ambiente é a obsolescência programada dos produtos. Ou seja, a decisão intencional do fabricante de desenvolver um determinado produto de forma a que se torne obsoleto ou não funcional em pouco tempo de forma a obrigar o consumidor a adquirir uma nova versão do produto. Os recursos necessários para que uma parte da população se veja obrigada a adquirir com alguma regularidade máquinas de lavar a roupa, telemóveis, portáteis, televisões e impressoras, entre outros produtos, expõe o planeta a elevados níveis de saturação. Segundo a Global Print Network, a humanidade precisa hoje do equivalente a 1,7 planetas Terra para adquirir os recursos necessários para o atual nível de consumo e para absorver o lixo que é produzido, de forma desigual entre países e entre classes.

Com os governos muitas vezes a apontarem o dedo aos consumidores, o PCP apresentou em 2019 um projeto com o objetivo de estabelecer medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada partindo do princípio de que “não é razoável, nem justo que sejam concentrados esforços sobre os hábitos de consumo das populações sem que sejam exigidas normas mínimas de combate à obsolescência aos grandes produtores de bens”, como referia o documento. “Colocar a escolha única e exclusivamente do lado do consumidor não assegura o fim da produção desnecessária, nem responsabiliza o lado da oferta, na medida em que visa apenas criar um novo mercado para elites económicas”, consideravam os comunistas.

Nesse projeto, o PCP propunha uma garantia mínima de dez anos a fabricantes de grandes e pequenos eletrodomésticos, viaturas e dispositivos eletrónicos. Também referia a necessidade de que os produtos “cuja vida útil pode coincidir com a durabilidade total do produto devem ser projetados e construídos de forma a possibilitar a sua desmontagem e a substituição de componentes”. Para tal, apresentava-se uma rede de reparadores locais, “identificados por setor de atividade, apoiando a implementação de micro, pequenas e médias empresas acreditadas no âmbito da reparação”. O objetivo era promover o menor consumo possível reciclando o mais possível mas a proposta foi chumbada na Assembleia da República.

Descarbonizar carbonizando

A Galp desligou a última unidade de produção da refinaria de Matosinhos em 30 de abril deste ano, com a decisão de concentrar as operações em Sines. A empresa petrolífera justificou a decisão do encerramento da refinaria de Matosinhos com base numa avaliação do contexto europeu e mundial da refinação, bem como nos desafios de sustentabilidade, a que se juntaram as características das instalações. Para trás fica um investimento público de 500 milhões de euros. Parte dos cerca de 1.500 trabalhadores foram para o desemprego depois deste anúncio mas calcula-se que a perda de emprego indireto possa chegar aos 7 mil.

Para Mónica Cabaça, a decisão da Galp “é uma farsa” e explica que “fechar uma refinaria sem ter uma alternativa não significa descarbonização” porque não se passou de combustíveis fósseis a combustíveis verdes. “Passámos a importar, perdemos a produção cá e importamos combustíveis fósseis de outro lado. Portanto, isto até au-



Protestos em torno das questões ecológicas ganham cada vez mais expressão.

menta a poluição. Ou seja, o ambiente e as alterações climáticas são globais e o fecho de uma refinaria neste universo não contribui para a diminuição das emissões”, considera. E aponta soluções que não foram adotadas. “O fecho da refinaria de Matosinhos não contribui para uma efetiva transição justa, isto porque não é acompanhado de um investimento na ferrovia, por exemplo, que iria tornar-nos menos dependentes do combustível fóssil para o transporte individual, ou da aposta na indústria das energias renováveis”.

Com o encerramento da Central Termoeletrica do Pego a 30 de novembro, o governo anunciou que se tratava de um dia histórico. O ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, considerou em entrevista à RTP “muito relevante” o dia que marca o fim da utilização de carvão para produção de eletricidade em Portugal. Mas dias antes chegaram sinais de preocupação por parte dos trabalhadores da refinaria de Sines sobre a possibilidade do encerramento desta unidade. “Significaria mais um passo a caminho do desastre económico e social”, afirmou a Fiequimetal, estrutura sindical que representa estes trabalhadores, que está contra qualquer encerramento sempre e quando

não houver “alternativas concretas e sustentáveis”.

A Fiequimetal defende que o país ficou “mais fragilizado” com os encerramentos da central termoeletrica de Sines, no princípio do ano, e do complexo petroquímico de Matosinhos. O saldo importador de eletricidade, nos últimos três meses, “situou-se acima dos 22%. Ou seja, é importada energia elétrica gerada em centrais a carvão que emitem, em Espanha ou em França, dióxido de carbono que o governo diz querer reduzir em Portugal. Do mesmo modo, em resultado do encerramento da refinaria em Matosinhos, verificou-se já a necessidade de importar 40 mil toneladas de gasóleo”.

Com um investimento sem precedentes para a transição energética com fundos da União Europeia, os trabalhadores olham com incerteza para o que aí vem. A própria Fiequimetal sublinha que partilha das preocupações em torno das alterações climáticas e admite a necessidade de transição para uma economia “com menores níveis de intensidade carbónica” e com “menos agravos ambientais”. Para o futuro fica a dúvida sobre se os governantes serão capazes de conduzir uma transição que preserve o emprego, assegure o desenvolvimento e a produção nacional.

FILIPA COSTA

“PS juntou-se à direita e os trabalhadores têm de dar resposta”

Em 2019, havia cerca de 800 mil trabalhadores no setor do comércio, marcado pela precariedade e pelos baixos salários. Com 34 anos, Filipa Costa é presidente da Direção Nacional do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP), organização sindical em que está desde 2012. Defende que a luta tem um papel decisivo nas condições de quem trabalha.



“Ao longo destes anos houve mesmo uma grande desvalorização das carreiras, das profissões, da experiência.”

Bruno Amaral de Carvalho

Estamos num período habitualmente intenso no setor do comércio que se vai prolongar até ao Natal. Qual é o retrato geral destas mulheres e homens que nos vendem os presentes que vamos oferecer?

Cada vez mais cedo, começam as promoções dos brinquedos para apelar à compra dos presentes de natal. E cada vez mais cedo os trabalhadores são confrontados com horários completamente desregulados. Estamos a falar de um setor que pratica baixos salários, apesar dos lucros que todos os anos têm

vindo a aumentar por parte destas cadeias de supermercado. Mesmo na altura da pandemia, o que se vê neste setor é um crescimento das vendas e dos lucros. Portanto, estamos a falar de um setor de baixos salários, salário mínimo nacional ou pouco acima, trabalhadores com 15 a 20 anos de carreira que não têm qualquer tipo de valorização. Depende de empresa para empresa mas estamos a falar de salários a rondar os 700 e tal euros, não foge muito do salário mínimo. Para ter uma ideia, em 2005, um trabalhador em topo de carreira ganhava mais de 100 euros acima do salário mínimo e a realidade é que, hoje, ganham mais 15 ou 20 euros. Portanto, ao longo destes anos houve mesmo uma grande desvalorização das carreiras, das profissões, da experiência...

Na maioria das vezes, são mulheres que estão do outro lado. Que tipo de obstáculos afetam o acesso destas trabalhadoras a uma maternidade digna?

É muita pressão. O trabalhador passa muito rapidamente de bestial a besta. Enquanto diz que sim, e que faz, e que pode, muito bem. Com esta situação da epidemia, tentou-se dar a ideia de que passou a ser normal ligar-nos depois do horário de trabalho, mandar mensagens, alterar o horário de um dia para o outro... Isto não é normal, nem nunca vai ser normal, porque estamos a falar de um direito do trabalhador, o trabalhador tem um contrato com aquela empresa para aquele período, fora daquele período o

tempo é dele, não tem que estar a prestar contas ou a atender chamadas do patrão ou da chefia.

Mas somos um setor de mulheres e a pressão inicia a partir do momento em que decides ser mãe. A partir do momento em que decides ser mãe começa o problema porque tens uma licença – e ainda bem, é um direito nosso –, e a partir do momento em que tens o período de amamentação e de aleitação, a partir do momento em que tens de ir a consultas ao médico com a criança... aí começa essa pressão.

“A partir do momento em que decides ser mãe começa o problema porque tens uma licença”

Cada vez mais temos trabalhadoras a fazer o pedido às empresas do horário flexível para conciliar com a vida familiar. Porque têm conhecimento, porque sabem que é um direito. Ainda estamos muito longe de que esse direito seja exercido porque não é só um direito da mãe, é um direito essencial da criança, a criança não pode ser abandonada, eu não posso dizer “tenho de ir buscar o meu filho, [mas] não, vai lá o vizinho”. Isto não pode acontecer mas muitas mães são submetidas a isto porque há mesmo muita pressão no local de trabalho e a resposta é “a porta é ali, se estás mal vai-te embora”. E, claro, nós precisamos de pagar contas, precisamos de pôr comida na mesa, precisamos de trabalhar, e acabam por agarrar nessas fragilidades.

Por intervenção do CESP, o Pingo Doce foi obrigado a organizar um horário flexível que favoreça a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal. As lutas e greves no setor do comércio têm surtido efeito?

A luta tem um papel decisivo e fundamental para que os direitos sejam cumpridos. Direitos, reivindicações, pode nem ser um direito consagrado, não interessa, a luta é aquela que decide e é fundamental para as reivindicações dos trabalhadores e temos vários exemplos. No setor da grande distribuição, estamos a falar de empresas com muito dinheiro que acabam por ter muito poder no nosso país e os trabalhadores e o sindicato, ao longo destes anos, têm travado lutas muito grandes. Há uma verdade concreta, todos os anos, numa boa parte das empresas, tem havido aumentos salariais, em que as empresas dizem ‘vamos aumentar’ como se fosse por mérito deles decidir aumentar salários. Não, é assim porque há pressão de base, há reivindicação, todos os anos apresentamos cadernos reivindicativos em que temos uma série de reclamações e reivindicações dos trabalhadores. Claro que esta pressão quando passa para o lado do patrão, no momento em que decide que é preciso fazer alguma coisa, não diz ‘foi por intervenção do sindicato’ nem ‘dos trabalhadores’, como é óbvio.

Temos também vários exemplos de combate à precariedade dos vínculos laborais em que foi através da intervenção do sindicato e da luta dos trabalhadores que conseguimos passar trabalhadores a contrato

efetivo. Portanto, a resposta é esta. Precisamos de mais intervenção, precisamos de mais organização nos locais de trabalho, precisamos que os trabalhadores tenham confiança que estão do lado certo, que as reivindicações deles são justas e que os patrões só têm que corresponder a essas reivindicações.

Os dados divulgados pelo IEFP revelam que as atividades administrativas e serviços de apoio, o comércio a grosso e a retalho são alguns dos setores onde a oferta de emprego mais cresceu. Porquê?

Há falta de trabalhadores porque não é atrativo, não é? Imagine agora em pleno novembro ou dezembro, uma correria, em que se tem de dar resposta a tudo, se for preciso em várias secções, para ganhar o salário mínimo com horários que não permitem, muitas vezes, a conciliação.

O trabalhador entra sempre numa posição mais frágil, sem capacidade negocial, porque precisa de trabalhar e, muitas vezes, nos contratos individuais de trabalho, a questão do banco de horas já lá está. O trabalhador é submetido a isso, o trabalhador precisa de trabalhar, de pagar as contas.

Há poucas semanas, representantes de associações patronais dos setores do turismo e da agricultura vieram mesmo falar da contratação de imigrantes para suprir esta alegada falta de mão de obra. Esta é a solução?

Eu vou dar um exemplo em concreto. No armazém da Sonae, na Azambuja, há muita precariedade, com várias empresas de trabalho temporário ali metidas, tudo para a Sonae se poder desresponsabilizar dos trabalhadores. Há muitos que são indianos e paquistaneses. E claro que quem vem de um país com outras condições, às vezes até de uma situação de guerra, vir trabalhar para aqui será melhor. E o exemplo em concreto da logística da Sonae é este, é a tentativa de virar trabalhadores uns contra os outros. As empilhadoras que transportam as paletes - as melhores, porque a empresa parece que não tem dinheiro, então tem máquinas que estão em piores condições que outras - e o que é que acaba por acontecer? Trabalhadores que entram uma hora mais cedo para terem as melhores máquinas para trabalharem e para produzirem mais. “Vocês vêm de uma má condição, então isto já é muito bom” e tentam virar os trabalhadores uns contra os outros. Fazemos propaganda em inglês específica para contactar aqueles trabalhadores, para os informar dos direitos em Portugal e que esses direitos têm de ser aplicados, sejam de que país forem, não interessa, trabalham em Portugal têm de ser regidos pela lei portuguesa e pelos direitos que cá estão consagrados. Também da importância de lutarem, temos mesmo que unir e, em termos sindicais, temos que fazer também um trabalho de conseguir integrar estes trabalhadores na luta. Claro que a resposta do patrão é explorar mais, ‘eles vêm de uma situação de grande fragilidade, então vamos aproveitar para explorá-los ainda mais’.

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) considerou inoportunas as diversas iniciativas de alteração à lei laboral que estavam em discussão no

parlamento por iniciativa de vários partidos. Ana Vieira afirmou que a serem aprovadas significaria um retrocesso de avanços do período da troika. Que consequências tem esta legislação para os trabalhadores do comércio e serviços?

Não havendo impacto nenhum financeiro, porque é que o PS decidiu tomar esta decisão contrária relativamente à caducidade? Em relação ao trabalho suplementar e ao descanso compensatório, claro que os patrões não iam gostar porque quanto mais se reduzir e mais se mexer nos descansos, mais lucros vão ter. Precisariam de mais trabalhadores porque um trabalhador faz o trabalho de dois ou três que é o que está a acontecer. Os trabalhadores da grande distribuição têm um contrato coletivo de trabalho que tem o pagamento do trabalho suplementar e que foge àquilo que, neste momento, está na lei. Mas no processo de negociação de há dois anos com a Associação Patronal das Empresas de Distribuição esse era o ponto que queriam tocar. Diziam-nos ‘muito bem, vamos negociar, mas temos de introduzir no contrato coletivo o banco de horas e a redução do valor do trabalho suplementar’. Os milhões que têm de lucro não são suficientes para estes gananciosos,

“Os milhões que têm de lucro não são suficientes para estes gananciosos, precisam de mais, e para isso precisam de agravar as condições de trabalho.”

precisam de mais, e para isso precisam de agravar as condições de trabalho. O que é que esta alteração na lei iria permitir? Mais força e confiança porque ainda temos muitos trabalhadores que estão abrangidos pelo código do trabalho. Iam ter mais rendimento e viam o seu trabalho mais valorizado.

Entretanto, o PS juntou-se à direita para chumbar as propostas do PCP contra a precariedade, apesar de ter anunciado há meses que as ia aprovar. Que significado tem isto do ponto de vista político?

Sim, voltaram atrás. Acho que deixa bem claro, para quem ainda tinha dúvidas, da posição do PS relativamente à defesa e direitos dos trabalhadores. Se alguém ainda tivesse dúvidas, e não quisesse fazer um historial do passado dos momentos-chave relativamente à contratação coletiva, em relação aos direitos dos trabalhadores e às alterações que houve no código do trabalho, vai ver que o PS não está do lado dos trabalhadores nem pouco mais ou menos. E esta postura do PS só deve afirmar junto dos trabalhadores – e vamos ter eleições em janeiro – e nós, como sindicato, temos um papel de esclarecimento junto dos trabalhadores para dizer que devem votar naqueles que defendem os interesses deles, não devem votar no mesmo que vota o patrão. Que é algo que me faz alguma confusão. O PS, naquilo que é decisivo no mundo do trabalho, alia-se sempre à direita e os trabalhadores têm de dar uma resposta a isso.

TRANSPORTES

Lisboa e Loures contra Linha Circular



PCP considera linha circular um “erro colossal”.

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa apresentaram uma moção para suspender o projeto da Linha Circular do Metropolitano, reforçando a iniciativa proposta no anterior mandato, que foi aprovada só com os votos contra do PS.

“Só a obstinação do Governo e da anterior maioria na Câmara Municipal de Lisboa justificou, contra tudo e contra todos, o arranque do projeto”, afirmou a vereação do PCP, em comunicado, segundo a Lusa, considerando que a alteração da composição do executivo, na sequência das eleições autárquicas de 26 de setembro, permite que o município assumira “uma oposição ativa à concretização deste erro estratégico,

procurando soluções que o evitem”.

Os comunistas propuseram que o atual executivo municipal de Lisboa, sob a presidência do social-democrata Carlos Moedas, decida “instar o Governo a determinar ao Metropolitano de Lisboa a suspensão de todo o processo relativo à construção da Linha Circular, incluindo a instrução ao Metropolitano de Lisboa para não assinar a concessão da obra dos viadutos do Campo Grande”.

Para os comunistas, a concretização do projeto da Linha Circular do Metropolitano de Lisboa seria “um erro colossal, com efeitos negativos significativos nas opções de mobilidade na cidade de Lisboa”, inclusive porque a

discussão pública confirmou a oposição das populações e de técnicos especialistas na área, refere a Lusa.

Além de defenderem a suspensão do projeto, os vereadores do PCP querem “solicitar ao governo uma articulação urgente com a Câmara Municipal de Lisboa, para identificar as prioridades que devem ser estabelecidas para a rede do Metro, reavaliando o impacto da suspensão imediata das obras da Linha Circular, refazendo projetos e fazendo os estudos de impacto financeiro”.

O documento do PCP, subscrito também por CDS-PP e PSD, contou ainda com os votos favoráveis do BE, partido que tinha um acordo de governação com o PS e que chumbou a linha circular, apesar de ter votado contra na Assembleia da República.

Loures também vota contra linha circular

Apesar da mudança de cor política no concelho de Loures, a moção da CDU teve o voto favorável da maioria do executivo municipal, presidido pelo PS, que se absteve.

Durante a apresentação da moção, o vereador comunista Tiago Matias justificou a oposição à linha circular com o facto de os utentes do futuro metro de Loures terem de efetuar um segundo transbordo na estação do Campo Grande, caso este projeto se concretize.

“Prejudica fortemente os munícipes de Loures que se deslocam de e para Lisboa. Aquilo que queremos é que seja assegurada a rapidez e a eficácia dessa deslocação”, argumentou, segundo a Lusa.

Tiago Matias explicou que “esse pressuposto tem em conta o modelo do metro de superfície, anunciado em julho pelo governo, para o concelho de Loures, no distrito de Lisboa, que prevê já um transbordo na estação de metro de Odivelas, na Linha Amarela.

Nesse sentido, a moção aprovada manifesta “a sua viva oposição à concretização do projeto da linha circular” e insta o governo a “determinar ao Metropolitano de Lisboa a reavaliação imediata de todo o processo”.

O presidente da Câmara Municipal, Ricardo Leão, fez muitas críticas à moção da CDU mas o documento acabou mesmo por ser aprovado.

A VOZ do corvo



...figuras e símbolos

Em determinadas épocas e em alguns países da Europa e das Américas, houve características das suas populações que, julgadas dominantes, foram tratadas por artistas, configuradas em estereótipos e ganharam valor iconográfico.

John Bull, no Reino Unido, como a própria alcunha indica, seria um rural, forte como um touro e assumidamente conservador; nos Estados Unidos, o Tio Sam

é um amigo como qualquer tio deve ser dos seus sobrinhos, mas também determinado quando, durante a WW-2, em vigorosos anúncios e cartazes, incitava todos a participarem no esforço de guerra; a França, para além do simbólico galo, tem a Marianne figura feminina, símbolo do patriotismo republicano e de que Brigitte Bardot já serviu de modelo; o Brasil, por via de especiais condições geoestratégicas (a participação na Segunda Guerra Mundial em aliança com os Estados Unidos), teve o hollywoodesco Zé Carioca, um papagaio loquaz e amigo de ajudar os outros e que chegou a contracenar com Carmen Miranda.

Entre nós a figura mais representativa do país terá sido, sem dúvida e durante muito tempo, o Zé Povinho, graficamente representado por um camponês, aparentemente boçal e resignado face às injustiças e à corrupção, mas ao mesmo tempo alheado de qualquer iniciativa de alteração. Talvez resiliente à sua maneira.

Após a Revolução de 74, um jornal diário divulgou a figura de Zé Ferrugem, representação do operário, conhecedor dos seus direitos, sindicalista e ativista político. Afastou-o o refluxo neoliberal e talvez tenha vindo a ser substituído pelo Chico Esperto (gran-

de injustiça para todos os Franciscos bons cidadãos) que sem nunca ter tido representação iconográfica se espalhou por toda a sociedade desde o pequeno trifulha ao grande banqueiro. Uma grande exposição, agora em Lisboa, recorda-nos como figura representativa Oliveira da Figueira, um palavroso comerciante português que Hergé criou.

Se houvesse que representar o português de hoje seria possível fazê-lo através de uma única imagem, fosse das letras ou do desenho? Certamente que não.

É verdade que há, sem dúvida, fatores de identidade entre nós e não é de estranhar que assim seja num país com uma história comumente vivida há séculos, falando a mesma língua, sem conflitos religiosos e que pobre de recursos naturais se organizou em estado unitário e democrático. Onde cada ciclo eleitoral é manifestação de civismo e sagacidade política.

Tudo isto é impossível de representar através de uma imagem antropomórfica, pois ela teria de ser a síntese de uma sociedade onde cabem em harmonia e sem segregação velhos e novos, mulheres, homens, crianças, pobres e ricos.

Francisco da Silva Dias

SANTA CASA



Sindicato denuncia o incumprimento do Acordo de Empresa por parte da instituição.

Trabalhadores exigem aumentos salariais e direitos

Centenas de trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa protestaram em frente à sede desta instituição para exigir atualizações salariais e o respeito dos direitos consagrados no Acordo de Empresa junto à sede da instituição em Lisboa.

Os trabalhadores, que realizaram a 19 de novembro uma greve de 24 horas, concentraram-se da parte da manhã junto às instalações da Santa Casa, envergando cartazes onde escreveram “Nós também somos uma boa causa”, “Aqui há precariedade”, “Descongelamento das profissões e aumento salarial”, “Motoristas exigem a reintegração na carreira profissional”, “Em luta por direitos” e “Merecemos reclassificação”.

Quem passava pelo Largo Trindade Coelho, no Bairro Alto, pôde ouvir palavras de ordem como “Queremos descongelamentos”, “A luta continua”, “Valorização”, “Al-drabões” e, visando o Provedor da Santa Casa, “Edmundo [Martinho], escuta, os trabalhadores estão em luta”.

Patrícia Rodrigues, do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA), afirmou à Lusa que a administração da Santa Casa está em incumprimento com os sindicatos e com o Acordo de Empresa, relativamente às progressões e ao processo de avaliação de desempenho, e defendeu que “tem que haver atualização salarial de todas as tabelas para todos os trabalhadores e tem que haver descongelamento das progressões”.

“Além disso, nós achamos que é imperativo haver reforço de pessoal e que a Santa Casa tenha uma contratação coletiva que respeite e reforce os direitos de trabalhadores. Na prática, aquilo que está a acontecer é que a Santa Casa pretende reduzir os direitos dos trabalhadores e isso a custo zero”, afirmou, destacando que “os trabalhadores estão insatisfeitos, estão cansados e não vão desmobilizar enquanto não conseguirem que as suas reivindicações sejam respeitadas”.

De acordo com a sindicalista, a Santa Casa alega que há falta de orçamento devido à pandemia e, em conse-

quência, ao “decrésimo de apostas nos jogos sociais, o que resultou em menos receitas, e com um acréscimo relativamente aos apoios sociais prestados a utentes da cidade de Lisboa”.

“Relativamente à questão das progressões e atualizações salariais, o motivo que nos dão é esse. Relativamente a outras matérias, nem sequer nos vão dando resposta. É sempre para remeter para a discussão, vão ver, vão ver, mas depois na prática nunca nada resulta no concreto, nomeadamente a questão da avaliação de desempenho”, acrescentou.

Já António Quitério, do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), lembrou que o problema da falta de atualizações e de progressões na carreira já se arrasta desde antes da pandemia e considerou que a crise sanitária está agora a servir como mais uma “desculpa esfarrapada”.

“Havia sempre uma desculpa, digamos. Era a forma de gestão da própria Mesa Administrativa, agora é pela questão da pandemia. Mas isto não tem cabimento. Nós não aceitamos. O concreto é que eles não respeitam os trabalhadores. A Mesa não respeita os trabalhadores e encontra sempre justificação. Encontra sempre - desculpe a expressão - desculpas esfarrapadas para que não haja aumento e respeito pelos seus trabalhadores”, considerou.

Pela tribuna pública instalada em frente à Santa Casa, que tem 6300 trabalhadores, passaram motoristas professores, auxiliares de educação, psicólogos, auxiliares de creche e de ATL, de casas de acolhimento, auxiliares de geriatria e de apoio domiciliário, fisioterapeutas, telecomunicações, assistentes sociais e do hospital de Santana, trabalhadores do Departamento de Jogos e da cultura, entre outros.

HOMENAGEM

A PIDE assassinou Dias Coelho há 60 anos

Assinala-se no próximo dia 19 de dezembro o 60.º aniversário do assassinato de José Dias Coelho, militante e funcionário do PCP na clandestinidade. Foi ao princípio da noite na Rua dos Lusíadas que cinco agentes da PIDE saídos de uma viatura o perseguiram e alvejaram. Um dos tiros foi à queima-roupa, no peito, e outro quando Dias Coelho estava já no chão. Só duas horas depois é que os agentes fascistas o levaram, à beira da morte, para o Hospital da CUF.

Tornara-se funcionário do PCP em 1955. Trocou uma promissora carreira artística pela dedicação total à causa da luta antifascista e do socialismo. A sua tarefa era a de montar uma oficina de falsificação de documentos, bilhetes de identidade, licenças de bicicleta, cartas de condução, passaportes para a defesa dos militantes clandestinos no trabalho de organização e nas relações internacionais dos comunistas. Em 1960, José Dias Coelho passou a integrar a direção do PCP em Lisboa, com a responsabilidade do setor intelectual.

“De todas as sementes deitadas à terra, é o sangue derramado pelos mártires que faz levantar as mais copiosas searas”, esta foi a legenda da sua última gravura dedicada ao operário Cândido Martins Capilé assassinado numa manifestação popular. Hoje, esta frase encontra-se inscrita no mesmo lugar onde José Dias Coelho foi assassinado em 1961. É também neste lugar que no dia 19 de dezembro o PCP realiza um ato de homenagem depois de uma iniciativa evocativa de José Dias Coelho na antiga escola Marquês de Pombal, atual ginásio do IIEFP, na Rua dos Lusíadas, às 15h.



POLÍTICA

PS junta-se à direita para evitar proposta contra a precariedade



Depois de ter aprovado a proposta na especial, PS volta atrás e chumba proposta.

Proposta do PCP que limita contratos a prazo tinha tido luz verde do PS na generalidade durante negociações do Orçamento do Estado.

O projeto do PCP limitava a contratação a prazo, revertia o alargamento do período experimental e eliminava os contratos de muito curta duração mas acabou chumbado na especialidade pelo PS, PSD e CDS-PP. Foi na Comissão de Trabalho e Segurança Social que o PS não deixou passar o projecto de lei do PCP com vista à erradicação da precariedade laboral. Em junho, o deputado do PS, Fernando José, afirmava que esta também era uma luta do governo.

Por outro lado, foram rejeitadas as propostas do PCP e

BE para a reposição do pagamento das horas extraordinárias para os valores pré-troika. Na generalidade, tanto o PS como o PSD tinham viabilizado o projeto através da abstenção. Agora, os dois partidos rejeitaram a medida.

O objetivo dos projetos de lei dos partidos à esquerda do PS era repor o pagamento para 50% da retribuição na primeira hora, 75% nas restantes e 100% em dia de descanso semanal ou feriado (atualmente, esses valores estão pela metade).

Portugal é o terceiro país com mais precariedade no seio da União Europeia, a seguir a Espanha e à Polónia. Segundo o diploma do PCP, são cerca de 1 milhão e 200 mil os trabalhadores com vínculo precário.

POLÍTICA

Legislativas antecipadas a 30 de janeiro

O Presidente da República precipitou as eleições legislativas antecipadas ao apontar para as urnas em caso de chumbo da proposta de Orçamento do Estado para 2022 como veio a acontecer. Apesar de a legislação prever a possibilidade de apresentação de um novo documento por parte do governo, essa hipótese foi descartada por Marcelo Rebelo de Sousa.

A composição da Assembleia da República vai ser decidida a 30 de janeiro depois da escolha da data pelo Presidente. Ao contrário do que muitas vezes é veiculado, as eleições legislativas não servem para escolher o primeiro-ministro. Os eleitores que introduzirem o boletim de voto na urna no fim do próximo mês vão

escolher os deputados de um determinado partido ou coligação da região em que se vota. É em função da correlação de forças no parlamento e da auscultação dos partidos representados na Assembleia da República que o Presidente da República nomeia o primeiro-ministro.

A campanha eleitoral vai decorrer nas duas semanas anteriores ao dia das eleições e, com o crescimento do número de infeções, o diploma que prolonga para o ano de 2022 o regime excecional e temporário para o voto dos eleitores que estejam em confinamento devido à pandemia de covid-19, e de eleitores em lares, foi promulgado depois de aprovado por unanimidade.

A VOZ dos livros



A *Timidez das Árvores*, de Lília Tavares

A poesia portuguesa actual é um dos refúgios mais intensos e originais da nossa literatura. Pela nossa melhor poesia percorremos as paixões, a dor, o júbilo dos dias altos e solares, o interior das sombras, a monódia mais íntima da música das palavras. É na poesia que a língua, esta nossa “língua de cultura” como escreveu Mário de Carvalho, ganha asas e recortes de virtuosismo semântico inusitados. Há sempre uma luz que cintila algures quando o poeta canta.

Lília Tavares é uma dessas vozes, numa poética que nos traz de longe os rumores mais fundos e vibrantes da inquietude, dos invisíveis lastros do clamor, dos labirintos sensitivos de um olhar que se retém na contemplação do mundo e da natureza, dos ventos, das árvores, a sua austera timidez de berço. As árvores estão lá, no seu movimento rumoroso de folhas e frutos, chuva e tempestades: somos nós que maculamos o seu espaço, que violentamos o seu território de pássaros e fontes, que destruímos em inumana fúria o seu silêncio, o seu modo de apenas existir – cortamos essa seiva pela raiz.

Há na poesia de Lília Tavares, nomeadamente neste *a timidez das árvores*, uma fala recorrente que nos diz da vida e do seu mais perene lastro, dos medos que habitamos e nos habitam, em que as palavras são, como os corpos amados, pão e refúgio: *Estão em ferida as bainhas dos nossos dias/ Que nada nos perturbe o sono/antes que levem de nós a noite./Antes que a noite doa.*

Mas esta poética é também, mesmo nesta contínua viagem pelo metafísico sentido da vida, um espaço de afirmação e inconformismo, que Diz Alto as Coisas, e transporta a urgência de as dizer, de se afirmar voz atenta às derivas do tempo, juntando essa voz à dos seus companheiros de caminhadas pelas largas veredas das palavras: Eugénio de Andrade, Daniel Faria, Joaquim Pessoa, António Ramos Rosa, Herberto Helder e outros, poetas com os quais a sua voz conjuntiva que recolhe lumes, fulgor, água, algum astro perdido na vazante: *Contigo queria ter escutado os gritos/das gaivotas no rochedo maior/o mais altivo penhasco da praia*, diz-nos a autora num belo poema dedicado a Daniel Faria.

Também de memórias se constrói este percurso lírico que se atrela às partituras mais fecundas da nossa poética contemporânea.

A timidez das árvores, de Lília Tavares – Edição Modocromia/2021.

Domingos Lobo

CGTP

Trabalhadores exigem mudança na rua

Uma maré humana preencheu o caminho que vai do Marquês de Pombal aos Restauradores para exigir melhores condições de trabalho e de vida quando disparam os preços e se agrava a crise social. À conversa com mulheres e homens que chegaram de todo o país, A Voz do Operário quis saber o que os faz protestar.



Hugo Almeida,
Indústria e comércio
de carnes

“Somos de Lisboa e decidimos vir à manifestação porque o nosso contrato colectivo de trabalho está estagnado, o ordenado mínimo aumenta e o nosso continua na mesma. Há 20 anos, éramos bem remunerados e hoje em dia recebemos praticamente o salário mínimo.”



Nelson Semedo,
Auxiliar de Ação
Médica

“Eu trabalho no Hospital de Vila Franca de Xira e tenho 36 anos. Vim à manifestação porque não concordo com as medidas que têm sido aplicadas a nível nacional. São políticas de precariedade, não se atribui as 35 horas para todos, os salários são baixos. O próprio Orçamento que não foi aprovado porque simplesmente o governo não quis fazer os devidos ajustes para melhorar o país. Foram apresentadas propostas nesse sentido por parte do PCP, por parte do BE, por parte do PEV e do PAN. A proposta do PS era manifestamente insuficiente. É crucial uma alteração. Tudo na administração pública está mal. Podia falar da saúde, da segurança social, da administração local. Temos problemas em todas as áreas. Mas mudanças profundas. Não estamos a falar de pequenas alterações.”



Ana Matos,
Cozinha

“Venho do Fogueteiro, Almada, tenho 52 anos e trabalho na cozinha do hospital. Os nossos ordenados são uma miséria e não dá para a vida que temos. Muitos recebem 580 euros já com os descontos. É muito difícil chegar ao fim do mês. Temos de continuar a lutar.”



Hugo Farinha,
Setor químico

“Sou de Setúbal e tenho 37 anos. Vim demonstrar o meu descontentamento com a situação atual. No meu caso em particular, que estou na área química, tem a ver com salário e condições de trabalho.”



António Massas,
Indústria dos
mármore

“Sou reformado e tenho 59 anos. Trabalhava nos mármore e sou da zona de Borba. Vim a esta manifestação devido aos mesmos motivos que a maioria, salários, pensões, coisas que o governo já devia ter olhado pelos trabalhadores mas não olha. O Orçamento foi insuficiente e acho que os partidos de esquerda fizeram bem em chumbar e em não ceder.”



Bruno Cardoso,
Administração Local

“Tenho 41 anos, venho de Santiago do Cacém e trabalho na câmara. Estou aqui a lutar pelo aumento do salário que não vejo há dez anos. Como eu há mais trabalhadores nesta situação. Acho que a decisão dos partidos à esquerda do PS de votar contra o Orçamento fez muito sentido. Nós não queremos mais migalhas. Estamos fartos de migalhas. Andamos a receber migalhas desde que este governo entrou. Esta manifestação marca uma posição dos trabalhadores em relação àquilo que nós pretendemos. Pretendemos o aumento do salário, o aumento do subsídio de refeição porque 4,77 euros não dá para comer uma refeição em lado nenhum. Só assim, mostrando a nossa posição, sobretudo numa altura em que vamos para eleições.”



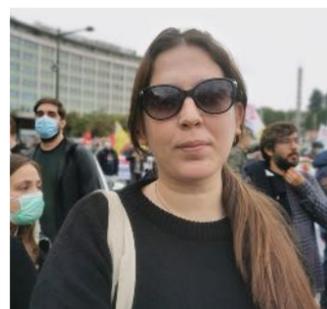
Rita Martins,
Administrativa

“Eu estou no CESP e sou administrativa no Hospital da Luz. Estou numa das receções de frontoffice e estou numa luta pelo horário flexível porque tenho duas crianças bebés e pretendo um horário que respeite a conciliação entre família e a parte laboral. Estamos aqui na manifestação para que os contratos coletivos não sejam anulados, por aumentos salariais, também pelo fim da precariedade porque alguns colegas são descartados ao fim de alguns meses. E respeito pela carreira dentro da Luz Saúde.”



Bernardo,
Informática

“Tenho 21 anos e recebo uma miséria e acho que é necessário e urgente não só aumentar o salário mínimo como diminuir a carga fiscal. Eu fui aumentado em 60 euros e ao fim do mês recebo só mais 20. É importante estar aqui porque não podemos só reclamar. Temos de mostrar o que defendemos. Acho que o Orçamento apresentado foi insuficiente e acho que os partidos estiveram muito bem ao não apoiar esta proposta que não correspondia às necessidades do povo. Estou um bocado com sentimentos misturados por irmos para eleições.”



Bárbara Carvalho,
Investigação

“Eu vim à manifestação enquanto bolseira juntamente com a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica reivindicar os direitos que ainda não temos. Estamos ao abrigo de um estatuto que nos desprotege totalmente e vale a pena lutar pela contratação efetiva e pela revogação do estatuto do bolseiro. Uma manifestação pode mudar tudo e de resto a luta dos bolseiros dos últimos anos tem mostrado isso quando estivemos na rua insistentemente e foi quando as coisas foram alteradas. Faz todo o sentido estarmos todos juntos nas ruas a reivindicar aquilo que são também direitos comuns a todos os trabalhadores. Tivemos uma proposta de Orçamento manifestamente insuficiente. Desde logo até naquilo que diz respeito aos bolseiros. Era um Orçamento que não previa até promessas que nos foram feitas como a revogação das taxas de entrega de tese, por exemplo.”

VENEZUELA



Partido Socialista Unido da Venezuela vence maioria dos estados.

Chavismo com vitória nas eleições regionais e locais

O Partido Socialista Unido da Venezuela ganhou 20 em 23 das governações em disputa nas eleições estaduais da Venezuela, a oposição apenas conseguiu a vitória em três estados, segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE). A afluência às urnas foi de 41,80%, mais de 8 milhões de eleitores. Depois de conhecidos os resultados oficiais, o Pre-

sidente venezuelano dirigiu-se ao país para afirmar que este tinha sido um “bom triunfo, uma boa vitória, uma boa colheita”. Nicolás Maduro agradeceu ao povo venezuelano e afirmou que havia que “continuar a retificar e a aprender”.

Nas eleições participaram candidatos de dezenas de partidos, incluindo da oposição, e decorrem no seguimento

dos diálogos entre o governo e a direita no México, em que se acordou celebrar esta ida às urnas com uma nova configuração das autoridades eleitorais, com a participação de observadores internacionais e com o necessário reconhecimento de ambas as partes do resultado final.

Para além das 23 governações, os 8

milhões de eleitores escolheram ainda 335 presidentes de câmara, 253 deputados estaduais e 2471 vereadores. Para o efeito, as autoridades disponibilizaram 14.262 centros de votação com 30.206 mesas de voto em todo o país. A plataforma tecnológica do sistema eleitoral venezuelano foi submetida a 16 auditorias que foram transmitidas em direto no canal web do CNE. No dia das eleições participaram cerca de 300 observadores internacionais, incluindo membros do Centro de Peritos Eleitorais da América Latina (CEELA), das Nações Unidas (ONU), do Centro Carter e da União Europeia (UE).

A chefe da Missão de Observação Eleitoral (MOE) da UE na Venezuela, Isabel Santos, informou que as recentes eleições regionais e locais realizadas no país sul-americano puderam confirmar que a votação decorreu “em melhores condições do que em processos eleitorais anteriores”. Isabel Santos reconheceu que os representantes do CNE “conseguiram melhorias nas componentes técnicas” da votação e considerou que a vontade destes funcionários é fundamental para “reconstruir a confiança na vida política do país”.

Nesse sentido, afirmou que durante a estadia na Venezuela os observadores internacionais chegaram à conclusão de que o novo conselho do CNE, constituído em maio de 2021, é visto como “a administração eleitoral mais equilibrada que a Venezuela teve nos últimos 20 anos”. A chefe da missão europeia considerou ainda que o trabalho dos 136 observadores que estiveram presentes nos 23 estados do país e visitaram 605 mesas de voto teve sempre o “total profissionalismo e cooperação” do CNE.

CHILE

Kast e Boric, um destes será o próximo presidente

É já a 19 de dezembro que 15 milhões de eleitores vão às urnas decidir na segunda volta quem vai ser o sucessor do conservador Sebastián Piñera na presidência do Chile. Depois das revoltas populares que abalaram um país historicamente neoliberal desde a ditadura de Augusto Pinochet, o candidato da Frente Ampla e do Partido Comunista, Gabriel Boric (25,83%), ficou ligeiramente atrás de José Antonio Kast (27,91%), alinhado com a extrema-direita. Pela primeira vez desde o triunfo histórico de Salvador Allende a 4 de setembro de 1970, que abriu caminho à “via chilena para o socialismo”, um candidato progressista vai disputar a cadeira presidencial na segunda volta.

O resultado do candidato da extrema-direita, irmão de um ministro de Pinochet e apoiante ativo do regime durante a juventude, concentrou o apoio da direita desiludida com o fracasso da administração de Sebastián Piñera, um dos nomes que apareceu no escândalo dos paraísos fiscais denunciado pelos Pandora Papers. O programa de José Antonio Kast inclui propostas que vão desde a libertação de repressores da ditadura condenados por crimes contra a humanidade à proibição total do aborto, incluindo em casos de malformação e violação. Defende ainda, como Donald Trump, a construção de muros nas fronteiras com o Peru e a Bolívia. Ao longo

de 57 páginas, apela a “uma direita sem complexos”.

Gabriel Boric, progressista que derrotou o candidato comunista nas primárias da esquerda, é um ex-presidente da emblemática Federação de Estudantes da Universidade do Chile e promete superar o modelo neoliberal, uma das reivindicações dos movimentos sociais.

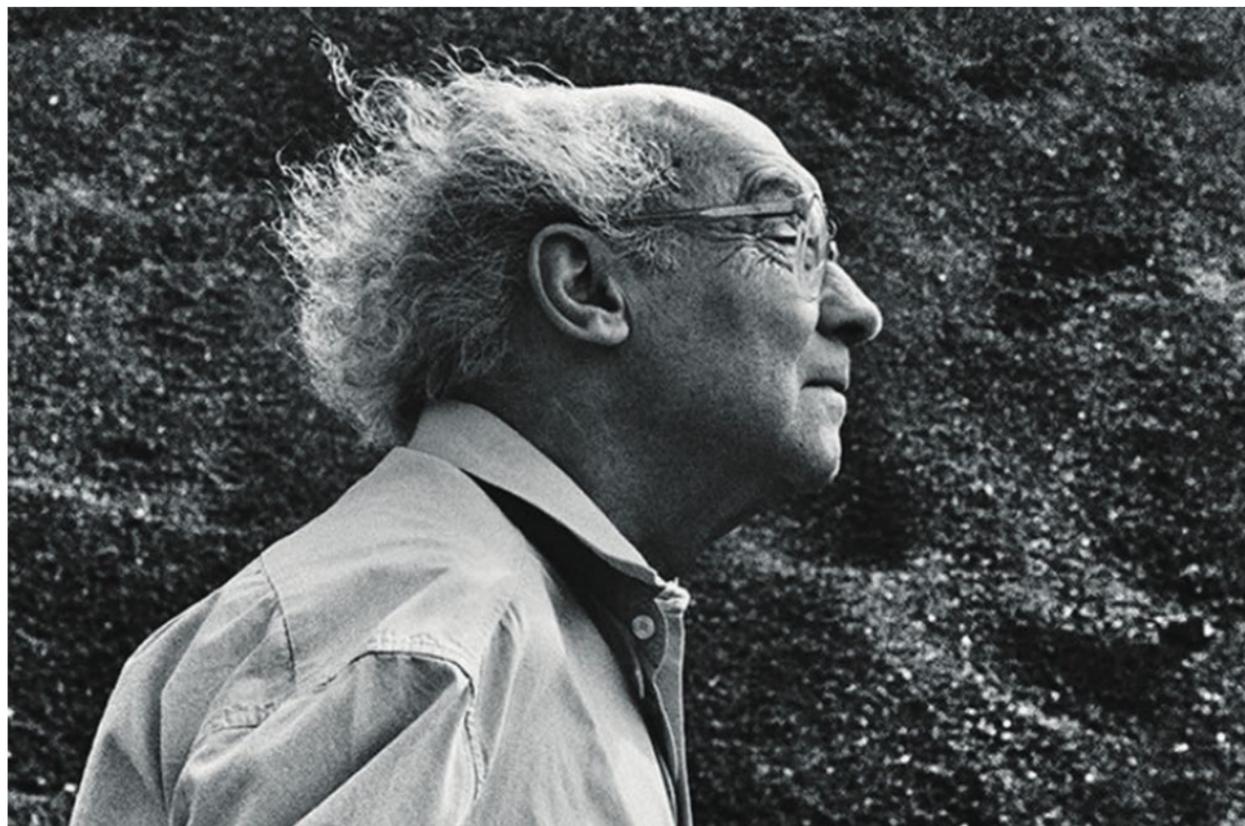
Para além das eleições presidenciais, os chilenos também renovaram o poder legislativo. Fabiola Campillai, uma das quase 500 pessoas que perderam a vista depois de receberem disparos da polícia, foi eleita senadora pela região metropolitana de Santiago do Chile. Mas uma das surpresas da noite eleitoral foi

o regresso do Partido Comunista ao senado pela primeira desde o golpe fascista de 11 de setembro de 1973, quando teve a segunda maior bancada com nove representantes. Desta vez, os comunistas vão estar representados por Claudia Pascual, neta de refugiados comunistas espanhóis, e Daniel Núñez, ex-secretário-geral da Juventude Comunista.

Espera-se agora uma campanha acesa entre dois projetos distintos para o país. Gabriel Boric pretende levar a cabo mudanças democráticas que arrede de vez a herança pinochetista do Chile. É uma decisão que está marcada para o fim do mês no país de Pablo Neruda, Salvador Allende, Violeta Parra e Victor Jara.

LITERATURA

Saramago, 100 anos.



A 16 de novembro de 2022 celebrar-se-á o centenário do escritor.

Iniciam-se agora as comemorações do centenário do nascimento do escritor José Saramago, que decorrerão ao longo do ano de 2022 desenvolvidas por diversas entidades e profusos programas, com destaque natural para a Fundação com o seu nome.

O escritor é amplamente reconhecido como um dos expoentes das letras nacionais, tendo sido o único português distinguido com o Prémio Nobel da Literatura, no ano de 1998.

Nascido na aldeia da Azinhaga (Golegã) em 16 de Novembro de 1922, no seio de uma família pobre, logo em novo parte para Lisboa. Teve diversas atividades profissionais antes de se ter dedicado ao mundo das letras como escritor, editor, tradutor e jornalista: foi também metalúrgico, desenhador e administrativo. Fez crítica literária na Seara Nova, foi tradutor de Tolstoi, Hegel e Baudelaire. Dirigiu o Suplemento Cultural do Diário de Lisboa e foi direc-

tor-adjunto do Diário de Notícias.

José Saramago iniciou em jovem a sua actividade política como antifascista, e no mesmo campo se manteve, tendo sido militante do Partido Comunista Português desde o final dos anos 60, até à sua morte. Tal atividade, se não o impediu de chegar aos mais altos patamares da história da literatura a nível mundial, não deixou de lhe valer tentativas de boicote.

A obra literária de José Saramago vive na curiosa e fabulosa duplicidade de ser profundamente inventiva, sem jamais perder a capacidade de reflectir com concretude as realidades do seu país e do seu tempo, como fica explícito em obras como Manual de Pintura e Caligrafia, Levantado do Chão, Memorial do Convento, O Ano da Morte de Ricardo Reis, A Jangada de Pedra e História do Cerco de Lisboa e A Caverna.

O humanismo, tão característico do autor, tem demonstração inequívoca no romance Levantado do Chão, onde as lutas, a dor, a miséria e a firmeza de lhes fazer frente e sonhar outros amanhã (tendo como palco o Alentejo) lhe dão corpo.

Das suas mais queridas personagens, ficam Blimunda e Baltazar, de Memorial do Convento, que ocupam o romance com a voz do povo.

Desde o Manual de Pintura e Caligrafia que reflectiu sobre questões prementes do seu tempo e, em A Caverna, elabora mesmo sobre a revolução tecnológica e suas consequências no trabalho e na vida. Pensou muito sobre os homens (eram a sua matéria), seus afectos e suas misérias morais. Mas Saramago não se limitou ou satisfaz a constatar a condição dos homens. Perpassa por toda a sua obra um apelo à urgência de transformação. No seu último Caderno de Lanzarote (os seus diários), refere Marx e Engels, na sua célebre frase, «Se o homem é formado pelas circunstâncias, então será preciso formar as circunstâncias humanamente». «Está aqui tudo», concluiu.

Sugestões culturais

Livro receitas dos Lugares Imaginários
Alberto Manguel



O bibliófilo e escritor acaba de lançar o seu primeiro livro de receitas (literárias). Sopa de amantes-demónios, omeleta de dragão, dedos de feiticeiro, dinobúrgueres e até um cocktail de sangue fresco — todos (muito) comestíveis. «De um elaborado banquete na Atlântida ao mais simples jantar na ilha de Robinson Crusoe, toda a comida (diz-nos a literatura) é, na sua essência, uma prova da nossa humanidade comum».

O Jogador
Paul Schrader



O realizador norte-americano estreia o seu mais recente trabalho que nos traz William Tell (Oscar Isaac, um ex-militar, jogador de cartas, e que se dedica a manter o passado - a sua presença na prisão de Abu Ghraib - adormecido. Um dia conhece Cirk, um jovem não menos atormentado, que lhe propõe um plano para se vingarem de um inimigo comum.

The Great Lisbon Club
Festival



Este festival quer unir o passado e o presente, dos cabarets dos anos 20 aos grandes clubes contemporâneos. Três palcos da cidade, inclusive o d'A Voz do Operário, receberão uma programação musical do rock ao hip hop, do psicadélico ao burlesco, do blues ao funk. De 2 a 5 de dezembro.

Pinóquio - da raiz ao nariz
Teatro



“Aventuras de Pinóquio”, de Carlo Collodi, inspiraram o encenador Claudio Hochman para a adaptação da obra original, procurando resgatar a história que ao longo dos anos se foi perdendo. Esta versão retoma a verdade da história, mantendo os vários ingredientes que a compõem.” Até 20 de janeiro.

ORLANDO GONÇALVES



Orlando Gonçalves viveu entre 1921 e 1994.

De “pequeno jornalista” n’A Voz para diretor do Notícias da Amadora

Foi a 15 de agosto de 1921 que nasceu aquele que ficou conhecido como diretor do Notícias da Amadora, um jornal local que ganhou notoriedade nacional no combate à ditadura fascista. Nasceu no Bairro do Rio Seco, na Ajuda, e estudou n’A Voz do Operário, onde a professora Conceição Ribeiro o apelidou de “pequeno jornalista”. Segundo o filho, Orlando César, os motivos podem ter sido vários: o interesse pela origem da escola da instituição, que começou com o jornal A Voz do Operário, o contacto com o diário O Século que entrava todos os dias na casa da avó e o quarto do tio, com uma ampla oferta de revistas, jornais e livros revolucionários.

Filho de um operário e de uma costureira, foi muito ativo no Rio Seco Sporting Club e foi também ali que despertou a consciência combativa de Orlando Gonçalves. Em 1948, publicou o livro Tormenta e, já antes, a atividade cultural e as conferências organizadas na coletividade haviam chamado a atenção da PVDE. Logo a seguir o regime mandou apreender a obra, depois de ler a recensão crítica elogiosa da obra e do autor que se destinava ao jornal República, que foi cortada pela censura. Isso não impediu, contudo, a sua leitura. Na Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, por exemplo, Tormenta foi o livro mais lido no ano de 1949.

A primeira prisão de Orlando Gonçalves chegara em 1943 pela sua participação no Socorro Vermelho Internacional (SVI). Na altura, o jornal Avante! noticiou a prisão, sem identificar os nomes, a não ser o do delator que “revelou à polícia aspectos da atividade

do SVI e denunciou quatro camaradas”. Foi nessa época que conheceu o pintor Cipriano Dourado, que viria a ser um dos mais importantes amigos.

Em 1945, com a fundação do Movimento de Unidade Democrática, o então escritor adere à organização e participa na campanha da oposição ao regime. Foi apoiante de Norton de Matos, Ruy Luís Gomes e Arlindo Vicente e esteve na Comissão Democrática Eleitoral (CDE). Como intelectual, foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1956, encerrada pela PIDE em 1965.

Combate ao fascismo no Notícias da Amadora

Homenageado na Escola Secundária de Seomara da Costa Primo, na Amadora, numa iniciativa organizada pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses, o filho, Orlando César, e Sérgio Ribeiro, ex-deputado comunista na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, recordaram a trajetória de vida de Orlando Gonçalves. Já participara com trabalhos em diferentes publicações mas é em 1963 que se junta ao Notícias da Amadora. Depois de ser despedido de uma multinacional francesa por divergências com a administração quanto à aplicação das verbas da venda de desperdícios, que Orlando Gonçalves destinava ao financiamento de um refeitório para os operários, passa a estar à frente da publicação local que tinha sido fundada em 1958.

Até à morte do escritor e jornalista, em 1994, esteve na direção do Notícias da Amadora. Quando assumiu a propriedade, edição e direção, o jornal era um periódico da freguesia da Amadora, ainda no concelho de Oeiras. A publicação cresceu primeiro para os municípios limítrofes e alargou os temas tratados nas páginas do jornal dando destaque às artes, letras e internacional. É a partir de 1970 que o âmbito geográfico se expande com distribuição nacional e assinantes no estrangeiro.

Contudo, o regime nunca perdoou as posições políticas de Orlando Gonçalves e recusou-lhe o reconhecimento do cargo de direção do jornal. Existem 12 cartas suscitadas por iniciativa de Orlando Gonçalves, que solicitou autorização para assumir a direção em 1964, 1967, 1968, 1969 e 1970. As autoridades fascistas admitiam que conduzisse o periódico mas sem caráter oficial. Era um elemento de “tendências comunistas”.

O jornal comete a proeza de desobedecer abertamente à censura. Chegou a publicar edições falsas para o corte do lápis azul e edições sem cortes para os leitores. Em 1973, em 35 das 52 edições do ano, período que separa o 3º Congresso da Oposição Democrática das eleições legislativas, Orlando Gonçalves constou como diretor-adjunto e depois diretor em 14 edições. Alvo do fascismo, que lhe nega a possibilidade de dirigir o jornal com o argumento de que não tinha escolaridade para tal, sonda o economista Sérgio Ribeiro para o cargo, que assina 11 edições. Mas o regime tampouco autorizou esta opção. Foi o jovem economista Carlos Carvalhas a solução para contornar a proibição.

O Notícias da Amadora assumia-se como projeto com a causa de afrontar a ocultação da realidade da ditadura, fiel ao conceito de “imprensa de resistência”, e Orlando Gonçalves não estava sozinho neste combate. Várias equipas passaram pela redação do jornal. Pelo menos, mais de mil colaboradores até 25 de Abril de 1974. Exemplo disso são as Oficinas Gráficas do jornal, que, para além do periódico, publicaram livros para várias editoras e informação para os sindicatos da recém-fundada Intersindical.

Mas até à queda estrondosa do fascismo, o regime não deixaria de mostrar a sua face mais violenta. A 18 de abril, Orlando Gonçalves e Sérgio Ribeiro são levados pela PIDE das Oficinas Gráficas do Notícias da Amadora, assim como a jornalista Helena Neves. Só a 27 de abril, já com o fim da ditadura, é que se abrem as portas da liberdade para estes últimos presos políticos.

Obreiro do município de Abril

Com a revolução, exerceu, entre 1974 e 1994, diversos cargos autárquicos em Oeiras e na Amadora. Foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oeiras, na qual se integrava a freguesia da Amadora, até às primeiras eleições autárquicas em 1976. Orlando Gonçalves, ao lado das populações, foi um dos obreiros do primeiro concelho criado depois da revolução de Abril. Participou nos debates que se travaram pela democratização do poder local e na construção de soluções para problemas como a carência habitacional, o saneamento básico, os transportes e tantas outras, e acolheu na Câmara Municipal de Oeiras personalidades estrangeiras que visitavam o país e que queriam conhecer as conquistas de Abril.